



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

PRCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 012/2025.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA “SERVIÇO DE MONITORAMENTO E REGISTRO DA QUALIDADE DA ÁGUA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA”, ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 75, II, DA LEI Nº 14.133/2021, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Torna-se público que a **Prefeitura Municipal de Montalvânia/MG**, por meio do Departamento de Licitações e mediante autorização do Exm. Prefeito o **Sr. Fredson Lopes França**, realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA com critério de julgamento (MENOR PREÇO), na hipótese do Art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis.

DATA DA SESSÃO: Dia 17 de DEZEMBRO de 2025.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de Licitação - Licitar Digital, link: www.licitardigital.com.br

PERÍODO DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS: Até 17.12.2025 às 08H29.

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: De (08H30 às 14H30).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

FORMATO DE LANCE: Valor Unitário (LOTE ÚNICO).

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 - O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa para prestação de “**Serviço de monitoramento e registro da qualidade da água das Unidades Básicas de Saúde do município de Montalvânia**”, através de dispensa de licitação, nos termos do Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, com recursos provenientes do orçamento fiscal vigente, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 - Ocorrendo decretação de FERIADO ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1.3 - O processo administrativo e a contratação serão por (Valor Unitário, em Lote Único), conforme quadro constante abaixo;

LOTE ÚNICO



LOTE	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM/OBJETO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	77436	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO E REGISTRO DA QUALIDADE DA ÁGUA, INCLUINDO, ANÁLISE DE DUREZA, PH, ÍONS, CLORETO, COBRE, FERRO, MANGANÊS, CARGA MICROBIANA, OS SERVIÇOS DEVEM CONTEMPLAR COLETA, TRANSPORTE DAS AMOSTRAS, ANÁLISES LABORATORIAIS E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS PARA TODOS OS PONTOS DE COLETAS.	SERVIÇO	12	R\$ 598,25	R\$ 7.179,00

1.4 - Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.5 - O critério de julgamento **MENOR PREÇO**, e formato de lances por **Valor Unitário (LOTE ÚNICO)** sendo observado o valor máximo aceitável e as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

2.1 - A participação na presente DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA dar-se-á através da plataforma licitar digital, disponível no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br.

2.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da Dispensa de Licitação deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).

2.3 - O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4 - Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.4.1 - Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.4.2 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.3 - Que se enquadrem nas vedações do artigo 14, incisos I a VI da Lei nº 14.133/21;

2.4.4 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3. DO INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA “PROPOSTA DE PREÇO INICIAL”

3.1 - O ingresso do fornecedor na disputa da DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA dar-se-á mediante ao “CADASTRAMENTO” da “Proposta de Preço Inicial”, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, e ao Anexo IV – Proposta de Preços inicial.



3.2 - O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, deverá **“CADASTRAR”**, devendo ainda ANEXAR a sua **“Proposta de Preço Inicial”**, JUNTAMENTE com a **“Documentação de Habilitação”** exigida no edital, inserindo em campo específico na Plataforma de Licitações online “Licitar Digital” no site www.licitardigital.com.br. Conforme a descrição do objeto ofertado, informando o preço unitário e total, e (se houver) a respectiva **MARCA/MODELO** do item/objeto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento. Sob pena de desclassificação/inabilitação da proponente licitante.

3.3 - A Proposta de Preços também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra-legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. **(Conforme modelo disposto no Anexo IV).**

3.4 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento ou na prestação dos serviços;

3.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.9 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os itens/objeto, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10 - No **“CADASTRAMENTO”** da **“Proposta de Preço Inicial”**, o fornecedor deverá, também, assinalar **“SIM”** ou **“NÃO”** em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.10.1 - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2 - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.10.3 - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.4 - Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.10.5 - Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

3.10.6 - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10.7 - Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como MEI/ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Sim, MEI - () Sim, ME - () Sim, EPP - () Não, outros enquadramentos.

3.11 - A FALTA DE MARCAÇÃO de qualquer destes campos na plataforma Licitar Digital, acarretará ao fornecedor o dever de apresentar a “**Declaração Conjunta**”, conforme o (modelo do Anexo V) no momento anterior ao período de aceitação das propostas.

3.11.1 - Devendo ANEXAR a “**Declaração Conjunta**” JUNTAMENTE com a “**Proposta de Preço Inicial**” e a “**Documentação de Habilitação**” em campo específico na Plataforma de Licitações online “Licitar Digital” no site www.licitardigital.com.br, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento. Sob pena de desclassificação/inabilitação da proponente licitante.

3.12 - Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua “**Proposta de Preço Inicial**”, em parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável, considerando o Critério de Julgamento de **MENOR PREÇO** e Formato de Lance por **Valor Unitário (LOTE ÚNICO)**.

3.13 - Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o **intervalo mínimo entre lances** previsto neste aviso, que será de **R\$ 1,00 (um real)**.

3.14 - Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.15 - O VALOR FINAL MÍNIMO poderá ser alterado pelo fornecedor “**durante a fase de disputa**”, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.16 - O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. DA FASE DE LANCES

4.1 - A partir da data e horário estabelecido neste Aviso de Contratação Direta, A SESSÃO PÚBLICA SERÁ AUTOMATICAMENTE ABERTA pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 - Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3 - O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO** do lote em disputa. (LOTE ÚNICO).



4.4 - O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5 - O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6 - O **intervalo mínimo de diferença de valores** ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00 (um real)**, conforme mencionado no item 3.13.

4.7 - Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for **recebido e registrado** primeiro no sistema.

4.8 - Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua “**Proposta de Preços Inicial**”.

4.9 - Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10 - Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11 - O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 - Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 - No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, deverá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3 - Neste caso, será encaminhada contra proposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.4 - A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.5 - Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA.

5.6 - Estando o preço compatível, e caso necessário, será solicitado o envio da “**proposta de preço reajustada**” conforme ao último lance ofertado e negociado, e se necessário, de documentos complementares, já apresentados.

5.7 - Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.



5.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.9.1 - Contiver vícios insanáveis;

5.9.2 - Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.9.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.9.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.10 - Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.10.1 - For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.11 - Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.12 - Os valores constantes do artigo 34 da IN SEGES nº 73/2022 serão utilizados como referência para aferição da exequibilidade de propostas apresentadas. Assim, propostas em valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração podem conter indícios de inexequibilidade.

5.13 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.14 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.15 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.16 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.17 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.18 - Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



5.19 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1 - Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2 - Como CONDIÇÃO PRÉVIA ao exame da “Documentação de Habilitação” do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificada o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2 - Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.4 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.5 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.6 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.7 - O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.8 - Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.9 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.10 - É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.11 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).



6.12 - Havendo a “necessidade” de envio de documentos de habilitação “complementares”, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados e anterior ao período de aceitação das propostas. O fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração. Sob pena de inabilitação.

6.13 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais “quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital”.

6.14 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n 123, de 2006, estará dispensado;

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e,

(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.15 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.16 - **Será inabilitado** o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.17 - Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.18 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. DOS PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

7.1 - Após a Adjudicação e Homologação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2 - O adjudicatário **terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, contados a partir da data da homologação, para assinar o contrato ou o tomar ciência da ordem de serviço ou outro instrumento equivalente. Sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.3 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura ou ciência da ordem de serviço, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

7.4 - Optando esta Administração pela expedição de instrumento substitutivo de contrato administrativo, nos termos do art. 95, caput, da Lei nº 14.133/21.

7.5 - **O prazo de vigência da contratação, uma vez firmado**, poderá ser prorrogáveis conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



8.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3 - Dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA ou a execução do contrato;
- 8.1.9 - Fraudar a DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

- 8.2.1 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.2.2 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.3 - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.4 - Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.5 - Multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por dia de atraso e em decorrência de quaisquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.10, limitada a 30% do valor total dos itens prejudicados e objeto de solicitação;

8.6 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.2.1 a 8.2.2 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.7 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.10, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

- 8.7.1 - Na aplicação das sanções serão considerados:



- 8.7.2 - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.7.3 - As peculiaridades do caso concreto;
- 8.7.4 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.7.5 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.7.6 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.8 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente.
- 8.9 - A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não impedirá a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.10 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.11 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.12 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.13 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.14 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.15 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 - O procedimento será divulgado na plataforma de licitações “Licitar Digital”, integrada ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- 9.2 - No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado) ou se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto), a Administração poderá:
- 9.2.1 - Republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.2.2 - Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

9.3 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.4 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para outro dia útil, mediante comunicação prévia.

9.5 - Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.6 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.7 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.8 - Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.10 - Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.11 - Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Documentação exigida para Habilitação;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

Anexo IV – Modelo de “Proposta de Preço Inicial”;

Anexo V – Modelo de “Declaração Conjunta”;

Anexo VI – Modelo de “Declaração de não ultrapassagem de limite de EPP”.

Montalvânia/MG, 05 de dezembro de 2025.

Fredson Lopes França
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(Regularidade Jurídica, fiscal, social e trabalhista, capacidade técnica, e econômico-financeira)

A – Ato Constitutivo; Estatuto **ou** Contrato Social em vigor (Última Alteração), **ou** Certificado de Micro Empreendedor Individual (MEI) devidamente registrado. Em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades pör ações, acompanhado de documentos de eleição dos membros da Diretoria;

B – Documento de identificação com foto válido; (contendo nº de RG e CPF) do(s) Sócio(s), ou representante legal de quem assina pela empresa, ou “se for o caso” do representante legal, juntamente com o documento que o nomeia;

C – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do **CNPJ**;

D – Prova no cadastro de contribuintes, **Cartão de Inscrição Estadual e/ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (se houver)

E – Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Pública Federal**; do domicílio ou sede do proponente licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

F – Prova de regularidade fiscal relativa à Seguridade Social e ao **FGTS/CRF**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

G – Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Pública Estadual**; do domicílio ou sede do proponente licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

H – Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do proponente licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

I – Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, sendo aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas que tenha os mesmos efeitos da **CNDT**;

J – **Certidão negativa de feitos sobre falência** e/ou equivalente, expedida pelo distribuidor da comarca sede do licitante, conforme o inciso II do artigo 69 da lei 14.133/21.

K – **Atestado/Declaração de Capacidade Técnica**; fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a proponente licitante “pessoa jurídica” ter fornecido e/ou prestado serviços iguais ou “semelhantes” aos objetos da presente licitação. Devendo o Atestado ou Declaração ser emitido preferencialmente em papel timbrado, onde deve constar a qualificação das partes (nome, CNPJ, endereço, contendo ainda o nome completo do signatário da parte emissora e da proponente da Qualificação Técnica).

L – Proposta de Preços “Inicial”. **(Conforme o Anexo IV)**.

M – Declaração Conjunta. **(Conforme o Anexo V)**.

N – Declaração de Não Ultrapassagem de Limite EPP. **(Conforme o Anexo VI)**.

OBSERVAÇÕES:

1. Em face da apresentação da “**Documentação de Habilitação**”, a proponente licitante deverá **ANEXAR** e inserir em campo específico na **Plataforma de Licitações “LICITAR DIGITAL”** no site www.licitardigital.com.br. Todos os documentos exigidos neste “**Anexo I**” com as informações lá contidas. Sob pena de desclassificação/inabilitação da proponente licitante.

2. As certidões que não tenham o prazo de validade exposto no documento, considerar-se-á como válidas por **90 (noventa) dias** a partir da data de sua emissão. (As certidões podem constar como positiva de débitos com efeito negativa).



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA (Secretaria Municipal de Saúde)

Objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de “**Serviço de monitoramento e registro da qualidade da água das Unidades Básicas de Saúde do município de Montalvânia**”, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos previstos da Lei Federal nº 14.133/21 na forma e condições estabelecidas neste Termo de Referência e futura abertura de Processo Administrativo.

O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA VEM APRESENTAR OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS, CONSIDERANDO A ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de “**Serviço de monitoramento e registro da qualidade da água das Unidades Básicas de Saúde do município de Montalvânia**”, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

2. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Montalvânia/MG solicita a contratação de empresa especializada para realizar análises, monitoramento e registro da qualidade da água utilizada nos serviços de saúde do município. A demanda contempla: 01 (um) ponto de coleta de água destilada; 11 (onze) pontos de coleta nas unidades básicas de saúde, incluindo água de torneiras e pontos de enxágue da área de limpeza.

2.2. A necessidade da contratação decorre de exigências da Vigilância Sanitária, especialmente para fins de desinterdição de uma das unidades do Programa de Saúde da Família do município, que condicionou a regularização do estabelecimento à verificação de parâmetros físico-químicos e microbiológicos da água, conforme estabelecido no Art. 74 da RDC ANVISA nº 15/2012. Além disso, o serviço é indispensável para assegurar o cumprimento das adequações técnicas requeridas pela Vigilância Sanitária Estadual, devendo ser realizado também nas demais unidades de saúde do município, de forma a garantir a segurança sanitária, a conformidade legal e a qualidade da água utilizada nos processos assistenciais.

3. DO ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1. O presente termo de referência tem como base legal a Lei Federal 14.133/2021.

4. DA ESTIMATIVA DE PREÇO E VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. O valor estimado dos preços para a futura contratação referente ao objeto pretendido, considerando a necessidade e demanda da Secretaria Municipal de Saúde, foi definido pelo resultado dos preços unitários e total, conforme pesquisa de preços e levantamento realizado pelo Departamento de Compras do município, com seus respectivos preços médios estimado para a aquisição. Conforme especificado no quadro abaixo:

LOTE ÚNICO



LOTE	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM/OBJETO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	77436	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO E REGISTRO DA QUALIDADE DA ÁGUA, INCLUINDO, ANÁLISE DE DUREZA, PH, ÍONS, CLORETO, COBRE, FERRO, MANGANÊS, CARGA MICROBIANA, OS SERVIÇOS DEVEM CONTEMPLAR COLETA, TRANSPORTE DAS AMOSTRAS, ANÁLISES LABORATORIAIS E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS PARA TODOS OS PONTOS DE COLETAS.	SERVIÇO	12	R\$ 598,25	R\$ 7.179,00

4.2. Estima-se como valor a ser despendido com a futura contratação almejada o montante de **R\$ 7.179,00 (Sete Mil cento e setenta e nove reais)**, a serem realizados no período de 12 (doze) meses.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, visando claras vantagens para a organização que está a investir na contratação de empresa de prestação de serviço de monitoramento e registro da qualidade da água utilizada no serviço de saúde do município, contemplando 01 ponto de água destilada e 11 pontos de coleta das águas de torneira tratada das unidades básicas de saúde, decorrente de exigências da Vigilância Sanitária.

5.2. A contratação será realizada por meio de licitação, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. A solução foi considerada devido a necessidade e a demanda pela Secretaria Municipal de Saúde, tais questões, conclui-se pela viabilidade a gerar economicidade na futura contratação.

6. DOS REQUISITOS E CRITÉRIOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. As compras deverão ser processadas através de licitação pública;

6.2. As empresas contratadas deverão ser especializadas em prestação de serviço de monitoramento e registro da qualidade da água utilizada no serviço de saúde do município, **assim definido no contrato social**, visando atender as necessidades do Município.

6.3. O fornecedor deverá contribuir para a aquisição de artigos que melhor atendam às necessidades do estabelecimento assistencial, sem que se considere tão somente, o critério do menor preço, já que os padrões de qualidade dos materiais são primordiais;

6.4. Fica reservado a esta Administração em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade do serviço ofertado. Para tanto, o serviço será submetido a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes, de que o produto considerado insatisfatório em qualquer das análises será automaticamente recusado, devendo ser imediatamente substituído.

6.5. Se algum produto apresentar irregularidade, a Prefeitura Municipal poderá enviar a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica com o que foi estabelecido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa a ser contratada.



6.6. A Prefeitura o fará quando, no curso da execução contratual, verificada a qualidade do produto fornecido diferente daquelas especificadas, cujas características contrariem as definidas neste Termo de Referência, produtos estes alterados e/ou adulterados.

6.7. Os serviços referentes aos materiais laboratoriais deverão ser realizados em **até 15 dias úteis**, após o recebimento do empenho.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento das despesas decorrentes dos serviços executados será efetuado pela Tesouraria do Município, **em até o 10º (décimo) dia do mês subsequente** da prestação de serviço. O pagamento só será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento dos serviços e fornecimento a que se refere, juntamente com as comprovações de regularidade fiscais vigentes.

7.1.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue diretamente ao responsável do setor de compras do município, referente a prestação de serviço para a devida liberação da Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas todas as condições pactuadas.

7.1.2. Para execução do pagamento, deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra legível, em nome do Município de Montalvânia, informando o número de conta corrente e agência Bancária e/ou número do PIX, bem como o número da respectiva ordem/autorização de serviço.

7.1.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Montalvânia.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da futura contratação para a prestação dos serviços correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária, constante do Orçamento Municipal para o respectivo exercício do ano vigente.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

110210.301.0580.2091 MANUT ATENÇÃO PRIMARIA/BÁSICA EM SAÚDE 3339039000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 16210000 TRANSFERENCIAS FUNDO A FUNDO D 634
Resolução 10388/2025 - VigiMinas
Conta: 40922-7

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O prazo de vigência do futuro contrato é fixado a partir da data da sua assinatura e terá uma duração de **12 (doze) meses**.

9.2. As regras para a realização de prorrogação de prazo seguem o disposto na Lei 14.133/21.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Constituem obrigações do Município;



10.2. Pagar pontualmente pelas aquisições realizadas, respeitado o processo de pagamento previsto na lei 4.320/64;

10.3. Emitir ordens de compra no prazo e na forma prevista neste TR e no edital; disponibilizar representante no local de recebimento do objeto, em dia e horário comercial; comunicar inconsistências e faltas verificadas na execução do objeto do contrato;

10.4. Instaurar processo administrativo responsabilizatório diante da constatação da prática, em tese, de ilícitos contratuais; comunicar as autoridades competentes a verificação de condutas descritas como crimes e contravenções; zelar pelo interesse público;

10.5. Cumprir e fazer cumprir as normas de direito público envolvidas na presente contratação; responder às solicitações formais realizadas pelo executado no tempo e modo previstos em leis e em respeito às normas regentes da temática;

10.6. Fiscalizar o contrato administrativo; outras previstas em leis e atos normativos.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A prestação de serviço referente ao objeto pretendido deverá obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações deste Termo de Referência.

11.2. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.3. Durante prestação de serviço NÃO SERÃO ACEITAS recusas ou atrasos de serviços em detrimento de alegações quanto à exigência de quantidade mínima para fornecimento, espera por fechamento de carga, espera por soma de produtos em eventuais.

11.4. As recusas ou atrasos de fornecimento serão consideradas como descumprimento contratual sujeitos às sanções previstas neste instrumento convocatório.

11.5. A contratada garantirá a qualidade de cada material laboratorial fornecido, obrigando-se a substituir aqueles que não estiverem nos padrões de qualidade em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração.

11.6. Glosada a nota fiscal, deverá o fiscal do contrato providenciar, junto à Secretaria da Fazenda, a emissão de nota fiscal para acompanhamento do equipamento a ser devolvido, notificando a Contratada para que proceda à retirada deste, às suas expensas, no prazo de 60 dias, contados do recebimento da notificação.

11.7. Trata-se a futura contratação de prestação de serviço, sendo considerado como serviço de bem comum.

13. DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. O serviço referente ao objeto pretendido e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, que acompanhará através de fiscal de contrato designado, o qual controlará os prazos estabelecidos e toda execução do futuro contrato administrativo, notificando a contratada de quaisquer reclamações que houver.

13.2. Resguardada a disposição precedente, a fiscalização representará o Município de Montalvânia e exercerá as atribuições previstas e decorrentes na Lei 14.133/21.



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

13.4. É vedada a sublocação completa ou da parcela principal da obrigação, qual seja, o fornecimento.

13.5. Em qualquer hipótese de sublocação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da sublocação.

14. DAS UNIDADES INTERESSADAS

14.1. Secretaria Municipal de Saúde,

Montalvânia/MG, 05 de dezembro de 2025.

Evelyn Dourado Oliveira
Secretária Municipal de Saúde



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 012/2025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE “SERVIÇO DE MONITORAMENTO E REGISTRO DA QUALIDADE DA ÁGUA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA”, ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 75, II, DA LEI Nº 14.133/2021, EM ATENDIMENTO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PARTES:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA, com sede na Avenida Confúcio, nº 1150 – Centro, CEP: 39.495-000 na cidade de Montalvânia/MG, inscrita no CNPJ/MF Nº 17.097.791/0001-12, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Fredson Lopes França**, inscrito no CPF Nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: _____ com sede na _____, nº _____, – Bairro: _____, CEP: _____ na cidade de _____/UF, inscrita no CNPJ/MF Nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo **Sr(a)** _____, inscrito no CPF Nº XXX.XXX.XXX-XX, com E-mail institucional: xxxxxxxxxxxxx@xxxxxxxxxxxxx, e telefone de contato: (____) _____ doravante denominada **CONTRATADA**.

Pelo presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2025**, entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustado, referente a contratação para o fornecimento do objeto, conforme o enunciado na Cláusula Primeira e autorizado conforme **Processo Administrativo nº 083/2025 – Dispensa de Licitação Eletrônica nº 012/2025**, o qual foi homologado, mediante ao fundamento no inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/21 e alterações posteriores, em observância ao teor da justificativa e mediante as seguintes cláusulas e condições que se seguem:

JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade da contratação decorre de exigências da Vigilância Sanitária, especialmente para fins de desinterdição de uma das unidades do Programa de Saúde da Família do município, que condicionou a regularização do estabelecimento à verificação de parâmetros físico-químicos e microbiológicos da água, conforme estabelecido no Art. 74 da RDC ANVISA nº 15/2012. Além disso, o serviço é indispensável para assegurar o cumprimento das adequações técnicas requeridas pela Vigilância Sanitária Estadual, devendo ser realizado também nas demais Unidades Básicas de Saúde do município, de forma a garantir a segurança sanitária, a conformidade legal e a qualidade da água utilizada nos processos assistenciais. Assim, Secretaria Municipal de Saúde de Montalvânia/MG solicita a



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

contratação de empresa especializada para realizar análises, monitoramento e registro da qualidade da água utilizada nos serviços de saúde do município. A demanda contempla: 01 (um) ponto de coleta de água destilada; 11 (onze) pontos de coleta nas unidades básicas de saúde, incluindo água de torneiras e pontos de enxágue da área de limpeza. Justificando a contratação dos serviços proposto.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a Contratação de empresa para prestação de “**Serviço de monitoramento e registro da qualidade da água das Unidades Básicas de Saúde do município de Montalvânia**”, através de dispensa de licitação, nos termos do Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

1.2 - A contratação objetiva atender a Secretaria Municipal de Saúde.

LOTE ÚNICO

LOTE	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM/OBJETO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	77436	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO E REGISTRO DA QUALIDADE DA ÁGUA, INCLUINDO, ANÁLISE DE DUREZA, PH, ÍONS, CLORETO, COBRE, FERRO, MANGANÊS, CARGA MICROBIANA, OS SERVIÇOS DEVEM CONTEMPLAR COLETA, TRANSPORTE DAS AMOSTRAS, ANÁLISES LABORATORIAIS E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS PARA TODOS OS PONTOS DE COLETAS.	SERVIÇO	12	R\$	R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – DOS PREÇOS:

2.1.1 - O **Contratante** pagará à **Contratada**, o VALOR GLOBAL de R\$..... (.....), por conta do fornecimento dos itens/objeto conforme ao preço unitário e detalhados na cláusula primeira.

2.2 – DO PAGAMENTO:

2.2.1 - Os pagamentos serão realizados, através de ordem bancária, em até 30º (trigésimo) dia, após a, mediante o recebimento da Nota Fiscal pela tesouraria do município, salvo por atraso de liberação de recursos financeiros, desde que a Contratada:

a) Entregue no prazo, a NOTA FISCAL ELETRÔNICA devidamente preenchida, com as informações adequadas; referenciando na NFe referente aos objetos.

b) Indique o banco, agência e conta bancária na qual será realizado o respectivo crédito, bem como informar o objeto em referência.

2.2.2 - Os pagamentos serão condicionados ao cumprimento das obrigações a serem fixadas no procedimento administrativo.

2.2.3 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do fornecedor, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

3.1 - As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de dotação orçamentária, consignados no orçamento fiscal vigente para o exercício.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 110210.301.0580.2091 Manut. Atenção Primária/Básica em Saúde 3339039000000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 16210000 Transferências Fundo a Fundo D 634 Resolução 10388/2025 - VigiMinas Conta: 40922-7

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 - O Contrato Administrativo a ser celebrado através da presente dispensa, **terá validade o período de 12 (doze) meses**, contado a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.1 - A **Contratada** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com o que preceituam os artigos 124 e 125 da Lei Federal Nº 14.133/21.

5.2 - Os valores pactuados poderão sofrer reajustamento pelo índice IPCA-E, ou por índice que venha a substituí-lo, conforme disposto nos artigos 25, §7º e 182 da Lei Federal 14.133/21.

5.3 - As alterações contratuais deverão ser formalizadas através da celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.1 - Nomear servidor na qualidade de fiscal para acompanhar a execução do contrato administrativo conforme estabelece Lei 14.133/21, onde dita fiscalização não exime a Contratada de suas responsabilidades.

6.2 - Notificar, formalmente, à Contratada quando constatar o declínio na qualidade do(s) objeto(s), que apresentarem problema(s) e/ou defeito(s), para as devidas providências pautados na substituição do objeto(s), garantido o contraditório e a ampla defesa.

6.3 - Providenciar pagamento à Contratada, através da tesouraria do Município, a contar da data de emissão da nota fiscal, devidamente empenhada e acompanhada da respectiva ordem de serviço, respeitando os prazos estabelecidos no instrumento de Contrato;

6.4 - Para a eficácia do Contrato Administrativo, realizar a publicação do seu extrato nos órgãos oficiais, conforme dispõe a Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 - Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes neste termo de referência, do edital, obriga-se, ainda, empresa vencedora a:

7.1.1 - Manter durante o período de vigência do contrato/serviço, **e-mail institucional**, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Montalvânia, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.



7.1.2 - Indicar preposto para diálogo atinente aos assuntos relativo à execução do presente contrato administrativo, conforme dispõe o artigo 118 da Lei 14.133/21.

7.2 - Fornecer os objetos da presente contratação, em observância ao descrito no instrumento, Termo de Referência, para a conformidade da execução do contrato.

7.3 - Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do serviço e venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Administração ou a Terceiros.

7.4 - Avocar para si, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da prestação dos serviços, tais como (mão de obra, encargos sociais e trabalhistas) e outras despesas, que se fizerem necessárias de forma a isentar a Administração de qualquer corresponsabilidade.

7.5 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6 - A contratada será a responsável pelos serviços de coleta, transporte das amostras, e a análises laboratoriais e emissão de laudos técnicos para todos os pontos de coletas. Conforme quantitativo a ser expresso na ordem de serviço.

7.7 - O prazo para a RETIRADA referente “aos materiais laboratoriais” é de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da emissão e recebimento da ordem de serviço pelo departamento responsável.

7.8 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.9 - Responder e arcar por prejuízos, danos materiais ou morais, resultantes e causados por seus empregados, diretamente ao Município de Montalvânia ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.10 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

7.11 - Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos, para garantir a execução necessária às exigências do objeto e cláusulas contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DO CRITÉRIO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Não se aplica nesta contratação as prerrogativas de realinhamento de valores.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 - A rescisão contratual poderá ser de acordo com os artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21:

9.1.1 - Decorrente de não cumprimento ou de cumprimento irregular das cláusulas contratuais, projetos e prazos;

9.1.2 - Decorrente de não atendimento de determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o contrato;

9.1.3 - Decorrente da alteração social ou de modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

9.1.4 - Decorrente da decretação de insolvência do contratado;

9.1.5 - Decorrente de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

9.1.6 - Decorrente de razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

9.1.7 - Decorrente do não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como de outras normas específicas para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou aprendiz;

9.1.8 - Decorrente de atos de supressão, suspensão da execução do contrato, inclusive as repetidas que totalizem 90 dias úteis, conforme artigo 137, §2º da Lei 14.133/21;

9.1.9 - Determinado por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento de sua própria conduta prevista na alínea anterior;

9.1.10 - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação, ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.1.11 - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou por compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

9.2 - Em caso de rescisão prevista nos incisos da Lei 14.133/2021, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido e dos investimentos já realizados, mediante prova.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

10.2 - O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

10.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de equipe inadequada e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei Federal 14.133/2021.

10.4 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA NOVAÇÃO

11.1 - Toda e qualquer tolerância por parte do **Contratante** na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma, ser exigida a qualquer tempo.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Comete infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que, no decorrer da contratação:

12.1.1 - Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 - Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da inexigibilidade sem motivo justificado;

12.1.5 - Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

12.1.6 - Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta inexigibilidade;

12.1.9 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 - A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, previstas no artigo 156 da Lei 14.133/21:

12.2.1 - ADVERTÊNCIA por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

12.2.2 - MULTA:

12.2.2.1 - Moratória de até 0,33% (zero, vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 60 (sessenta) dias, limitada a 30% do valor da contratação, de acordo com o art. 156, §3º, Lei 14.133/21;

12.2.2.2 - Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere 30% do valor total do contrato.

12.2.3 - Impedimento de licitar e contratar com o Município de Montalvânia, pelo prazo de até três anos, de acordo com o art. 156, §4º da Lei 14.133/21;

12.2.4 - Declaração de Inidoneidade de licitar e contratar com o Município de Montalvânia e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores pelo prazo de três até seis anos, nas hipóteses descritas no artigo 156, §5º da Lei 14.133/21;

12.3 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal 14.133/2021, notadamente os artigos 164 a 168, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



12.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados administrativa ou judicialmente.

12.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal de Registro de Fornecedores.

12.8 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

13.1 - As partes contratantes ficam vinculadas aos termos do edital, consoante ao Anexo II – Termo de Referência e ao valor da Proposta de Preço Final, bem como ao teor da Lei Federal de Licitação nº 14.133/21, e ao teor do presente contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. O recebimento do objeto, após os “serviços de análises laboratoriais” do presente contrato, decorrente da referida dispensa de licitação, se dará:

4.1.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

4.1.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

4.2 - Não serão admitidas despesas adicionais atinentes à entrega, sendo que toda e qualquer despesa atinente ao fornecimento deve estar incluída na proposta de preços.

4.3 - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução o fornecimento do(s) objeto(s) em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1 - Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - É vedado às partes transferir a terceiros qualquer obrigação prevista neste instrumento contratual, sem prévio acordo devidamente homologado pelas partes.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 - Para a eficácia desse contrato administrativo, o Contratante realizará a publicação do seu extrato nos órgãos oficiais, conforme dispõe Lei Federal nº 14.133/21.



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

17.1.2 - A divulgação do contrato no PNCP será realizada em até 10 dias úteis da celebração, conforme previsto no Art. 94. II da Lei 14.133/21, sendo que a publicação no diário oficial dos municípios deverá ocorrer na mesma data, nos termos do art. 54, §1º, Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 - Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base no disposto no artigo 89 da Lei nº 14.133/21, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DECIMA NONA – DO FORO

19.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Montalvânia/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato, sob renúncia de qualquer outro por melhores condições que venha a propiciar.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Montalvânia/MG, ____ de _____ de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA
Fredson Lopes França - Prefeito Municipal
CONTRATANTE

EMPRESA
Nome de quem assina pela empresa
CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____
Nome e CPF

2. _____
Nome e CPF



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS “Inicial”

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 012/2025

À
Prefeitura Municipal de Montalvânia
MONTALVÂNIA/MG

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede administrativa no endereço: _____, Bairro: _____, CEP: _____ – Telefone para contato: (____) _____ e E-mail: _____ na cidade de _____/_____, através do seu representante legal o(a) **Sr(a)** _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, vem através desta, apresentar nossa **PROPOSTA DE PREÇOS no VALOR GLOBAL de R\$** (.....), referente a Contratação de empresa para prestação de **“Serviço de monitoramento e registro da qualidade da água das Unidades Básicas de Saúde do município de Montalvânia”**, através de dispensa de licitação, nos termos do Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Conforme descrito na planilha abaixo:

LOTE ÚNICO

LOTE	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM/OBJETO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	77436	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO E REGISTRO DA QUALIDADE DA ÁGUA, INCLUINDO, ANÁLISE DE DUREZA, PH, ÍONS, CLORETO, COBRE, FERRO, MANGANÊS, CARGA MICROBIANA, OS SERVIÇOS DEVEM CONTEMPLAR COLETA, TRANSPORTE DAS AMOSTRAS, ANÁLISES LABORATORIAIS E EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS PARA TODOS OS PONTOS DE COLETAS.	SERVIÇO	12	R\$	R\$

OBSERVAÇÕES: No preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, fretes para RETIRADA e ENTREGA dos itens/objeto no município, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.

VALIDADE: 60 (sessenta) dias, contados da data limite prevista para entrega das propostas.



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

DECLARO para os devidos fins que estou de acordo com o descrito acima.

Local/Data: _____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Signatário/Representante Legal

Nome:

CPF nº:

ATENÇÃO:

1. Em face da apresentação da **Proposta de Preços “Inicial”**, a mesma deverá ser elaborada formalmente em papel timbrado e com os dados da empresa proponente licitante com as informações lá contidas,
2. É obrigatório inserir os **VALORES UNITÁRIOS** e **TOTAIS** bem como especificar a respectiva **MARCA/MODELO (se houver)** referente ao item/objeto da licitação. Sob pena de desclassificação da proposta da proponente licitante.
3. É de inteira responsabilidade da proponente licitante, ANEXAR a **“Proposta de Preço Inicial”** JUNTAMENTE com a **“Documentação de Habilitação”** exigida no edital, inserindo em campo próprio do sistema na **Plataforma de Licitações “LICITAR DIGITAL”** – www.licitardigital.com.br. Sob pena de desclassificação/inabilitação da proponente licitante.



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

ANEXO V - MODELO – DECLARAÇÃO CONJUNTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 012/2025.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de “Serviço de monitoramento e registro da qualidade da água das Unidades Básicas de Saúde do município de Montalvânia”, através de dispensa de licitação, nos termos do Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede administrativa no endereço: _____, Bairro: _____, CEP: _____ – Telefone para contato: (____) _____ e E-mail: _____ na cidade de _____/_____, através do seu representante legal o(a) **Sr(a)** _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, em atendimento ao disposto no edital referente a DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 012/2025, **DECLARA** que:

“**Declara**” para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em atendimento ao disposto no inciso XXX do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. () Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

“**Declara**” que não está sob efeito de inidoneidade para contratar com a Administração Pública na esfera federal, estadual ou municipal, em observância ao disposto no art. 156, inciso IV da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Não obstante, declara ainda, que está ciente que a falsidade das informações fornecidas pode acarretar em sanções administrativas, notadamente o disposto no art. 177 da supracitada Lei Federal.

“**Declara**”, sob as penalidades da Lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, conforme dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que está apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

“**Declara**”, sob as penas da Lei, que a Proposta de Preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis trabalhistas, nas normas infra-legais, nas convenções coletivas de trabalho, conforme dispõe o art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Não obstante, declara ainda, que está ciente que a falsidade das informações fornecidas pode acarretar em sanções administrativas, notadamente ao disposto no art. 177 da supracitada Lei Federal.

“**Declara**”, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme dispõe o caput, inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Onde, não obstante,



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

declara ainda, que está ciente que a apresentação de documentação em desconformidade com o exigido no edital, pode acarretar em sanções administrativas, notadamente o disposto no art. 177 da supracitada Lei Federal.

“**Declara**”, sob as penas da Lei, a inexistência de contratação celebrada com Entes Públicos, no ano calendário, cuja somatória de valores extrapola a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento com empresa de pequeno porte, conforme dispõe o § 2º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

“**Declara**”, para fins que, até a data abaixo indicada não celebrou contratos e nem firmou compromissos em atas de registro de preços cujos valores somados extrapolem “A receita bruta máxima admitida para as empresas de pequeno porte”. Declara ainda que, para a sua informação levou em conta o valor anual do contrato e sua expectativa de aquisição, em alinhamento ao disposto no artigo 4º, § 3º e §4º da Lei 14.133/21.3.10.7

“**Declara**”, para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como MEI/ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência, observado também o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Sim, MEI - () Sim, ME - () Sim, EPP - () Não, outros enquadramentos.

O signatário declara ciência das consequências legais destas declarações, notadamente na esfera administrativa e penal, inclusive pelo disposto nos artigos 337-K e 337-O do Código Penal Brasileiro.

Pôr ser a expressão da verdade firmo a presente declaração para um só efeito.

Local/Data: _____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Signatário/Representante Legal

Nome:

CPF nº:

OBSERVAÇÃO:

1. É de inteira responsabilidade da proponente licitante, ANEXAR a “**Declaração Conjunta**” JUNTAMENTE com a “**Proposta de Preço Inicial**” e a “**Documentação de Habilitação**”, inserindo em campo específico na Plataforma de Licitações online “Licitar Digital” no site www.licitardigital.com.br. (Caso a FALTA de marcação “SIM ou “NÃO” na plataforma Licitar Digital). Sob pena de desclassificação/inabilitação da proponente licitante.

2. Alterar o cabeçalho na respectiva declaração. (Substituindo a logo marca da prefeitura, pelo logo da empresa).



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE NÃO ULTRAPASSAGEM
DE LIMITE DE EPP**

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de “**Serviço de monitoramento e registro da qualidade da água das Unidades Básicas de Saúde do município de Montalvânia**”, através de dispensa de licitação, nos termos do Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

À
Prefeitura Municipal de Montalvânia
A/c Departamento de Licitação
MONTALVÂNIA/MG

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede administrativa no endereço: _____, Bairro: _____, CEP: _____ – Telefone para contato: (____) _____ e E-mail: _____ na cidade de _____/____, através do seu representante legal o(a) **Sr(a)**. _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, abaixo assinado, “**DECLARA**” para fins de participação na **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 012/2025**, referente ao **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2025** que até a data abaixo indicada não celebrou contratos e nem firmou compromissos cujos preços e valores somados extrapolem A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP. **DECLARA** ainda que, para a sua informação levou em conta o valor anual do contrato e sua expectativa de aquisição, em alinhamento ao disposto no artigo 4º, § 3º e §4º da Lei 14.133/21.

O signatário declara ciência das consequências legais desta declaração, notadamente na esfera administrativa e penal, inclusive pelo disposto nos artigos 337-K e 337-O, do Código Penal Brasileiro.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Local/Data: _____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Signatário/Representante Legal

Nome:

CPF nº:

OBSERVAÇÃO:

1. É de inteira responsabilidade da proponente licitante, ANEXAR junto com a sua DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO está “**DECLARAÇÃO**”, inserindo em campo próprio do sistema na **Plataforma de Licitações “LICITAR DIGITAL”** – www.licitardigital.com.br. Sob pena de inabilitação da proponente licitante.
2. Alterar o cabeçalho na respectiva declaração. (Substituindo a logo marca da prefeitura e pelo logo da empresa).



CNPJ: 17.097.791/0001-12

Processo Administrativo Nº 083/2025 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2025

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Montalvânia, Estado de Minas Gerais, Torna Público o AVISO DE PUBLICAÇÃO referente ao **Processo Administrativo nº 083/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 012/2025**.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de “**Serviço de monitoramento e registro da qualidade da água das Unidades Básicas de Saúde do município de Montalvânia**”, através de dispensa de licitação, nos termos do Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA DA SESSÃO: Dia 17 de DEZEMBRO de 2025.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de Licitação - Licitar Digital, link: www.licitardigital.com.br

PERÍODO DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS: Até 17.12.2025 às 08H29.

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: De (08H30 às 14H30).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

FORMATO DE LANCE: Valor Unitário (LOTE ÚNICO).

ESCLARECIMENTOS: Pedidos de esclarecimentos podem ser apresentados por qualquer pessoa, conforme dispõe o art. 164 da Lei nº 14.133/21. A resposta será apresentada em sítio eletrônico oficial (site da prefeitura e plataforma Licitar Digital) em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame. **Exclusivamente e Diretamente através da plataforma de licitações – www.licitardigital.com.br<edital DE 012/2025>** – Telefone: (31) 3191-0707, horário: 08H00 às 17H00.

O edital desta **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 012/2025**, encontra-se publicado na íntegra no site oficial do Município, qual seja www.montalvania.mg.gov.br, e no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br Plataforma de Licitações “LICITAR DIGITAL”, e em cumprimento as normas do portal da transparência, o Edital encontra-se disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas no link https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

Publica-se para conhecimento público. Em conformidade com a Lei Municipal nº 842/2002.

Montalvânia/MG, 10 de dezembro de 2025.

Sérgio Augusto Montalvão Pinto
Agente de Contratação
Portaria nº 02, de 03 de janeiro de 2025